

## COTIDIANO DOS POPULARES: NA CONTRAMÃO DA ORDEM?<sup>1</sup>

**Fernanda Karoline Martins Lira Alves<sup>2</sup>**

*Moradores da rua dos bandeirantes reclamam do Dr. Luiz Franco, delegado do 3º distrito, providencias contra os procedimentos irregularíssimos de uns indivíduos residentes num becco que corta essa rua, os quais costumam fazer forrós, acabando por ter fim com bebedeira e brigas, e costuma agredir as famílias fronteiras com palavras pornographicas. [...]  
Convem que o Dr. Luiz Franco mande fazer alli uma fogueira para mitigar os ataques daquela gente.<sup>3</sup>*

A citação escolhida para iniciar este texto faz parte de uma série de denúncias que encontramos pesquisando nos jornais da capital paraibana do início do século XX. Denúncias como esta nos são bastante elucidativas no que diz respeito às tentativas das elites – e seus porta-vozes na imprensa – de coibir as formas de diversão das classes populares e enquadrá-las no processo de ordenamento e uso do espaço público condizentes com a lógica burguesa de “civilização”. A vigilância sobre o divertimento obedece à lógica da integração social. Os divertimentos que se constituem a margem das tradições ou idealizações de cidade “tranquila”, pode significar a diluição do pacto da ordem. No instante que as pessoas se reuniam nos becos onde habitavam, organizando forrós com músicas, bebidas para extravasar as dificuldades da vida e celebrar o prazer, se instaura um “perigo” à manutenção da ordem, uma vez que estes becos e suas festas eram vistos acima de tudo como inóspitos, que necessitavam de regulação moral.

Percebe-se claramente o discurso que invoca “a ordem” e os “bons costumes”, discurso que ganham maior dimensão quando se trata do lazer dos pobres, pois suas diversões intensamente praticadas na rua tornaram-se alvo privilegiado do controle dos costumes, dos usos que os populares faziam dos espaços da cidade. Nesta perspectiva os discursos dos jornais os quais se colocaram com “o progresso das luzes no seio das collectividades, como o veículo das idéias, dos sentimentos e das vontades, o dynamo propulsor das correntes de opinião pública”<sup>4</sup>, contribuem

---

<sup>1</sup> O artigo consiste em versão reduzida do último capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada *Urbe Viglada: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte - 1910-1930*, que foi custeada por bolsa de estudos da CAPES, orientada pelo Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>2</sup> Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-Mail: <fernanda\_karoline@hotmail.com>.

<sup>3</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 01 set. 1919, p. 02.

<sup>4</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 05 ago. 1916, p. 01.

para a construção de imagens muito fortes, carregadas de adjetivos, cores e artifícios de retórica que ajudam a dar a ver ao mundo de uma determinada forma.

Sendo assim, segundo o autor da denúncia, era necessário extirpar o mal pela raiz, ou melhor, queimar, na fogueira sugerida pelo mesmo, que embora não fosse da inquisição até que combinaria com o forró organizado pelos populares. No entanto, como veremos ao longo de nossa análise, não era tão fácil eliminar práticas e lazeres que já faziam parte do cotidiano dessas pessoas, que já se apropriavam de situações de lazer, enquanto um elemento de descarga dos dissabores da vida. Mesmo considerando-se a intenção das elites de imprimir-lhes novos hábitos e formas de sociabilidades, com a vigilância sobre suas atividades e os usos que faziam dos espaços e territórios, estes continuavam a manter suas práticas, renovando-se e forjando sua própria realidade.

Para Michel de Certeau<sup>5</sup> a construção dessa própria vivência por parte dos populares se dá no “não lugar”, aquele da criação anônima e silenciosa nascida do desvio no uso dos produtos recebidos. Pois é na mobilidade que o “homem ordinário”, valendo-se de táticas encontra formas subterrâneas de conviver ou burlar políticas impostas, instituídas por um “lugar de poder e de querer”. Assim, Certeau mostra como o “homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a um poder estabelecido. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço de acordo com seus próprios interesses.

Sendo assim, a ilusão de controle total das convivências sociais dos populares por parte da elite teve que enfrentar as ações e persistências desses habitantes, que tinham suas próprias noções de intimidade, divertimento e vizinhança. Ou seja, as lógicas e apropriações dos espaços urbanos por parte dos populares nem sempre são as desejadas e decantadas pelos letrados e autoridades. Cotidianamente os indivíduos estão a redimensionar os espaços urbanos.

*Apesar dos esforços das elites econômicas e letradas – esta segunda quase sempre representando os interesses da primeira, sem contudo participar dela – em disciplinar as pessoas, os espaços e seus comportamentos nota-se constantemente na documentação as fugas de determinados indivíduos portadores de condutas consideradas como “desviantes”. Tais pessoas pareciam tentar superar ou resistir (a)os limites impostos pelos valores morais e culturais que as elites tentavam a todo custo construir.<sup>6</sup>*

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel de. “Estratégias e Táticas”. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 100.

<sup>6</sup> SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. “Lazer Permitted, Pleasures Prohibited: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)”. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002, p. 50.

As práticas destes grupos criam territórios e redefinem costumes e vivências, mesmo que indesejadas pelas elites e autoridades. Como exemplo dessas práticas na cidade de Parahyba do Norte, temos a descrição que Coriolano de Medeiros faz da Rua do Grude, em suas memórias, enfocando as formas de sociabilidades daqueles populares que tanto incomodavam a elite. A Rua do Grude, formada em grande parte de casas de taipa e palha, era célebre pelo barulho daquela população irrequieta e pelas arruaças ocorridas diariamente, acabando por ser a denominação popular mais adequada para nomear aquela rua. Afinal era habitada por: “Marafonas, amásias de soldados e trabalhadores da cana, sede de gente moça desocupada e outros maus elementos, não falando da garotagem local, um dos maiores núcleos de meninos e meninas pervertidos”<sup>7</sup>.

A julgar pela descrição de Medeiros, a Rua do Grude era reduto das mais baixas camadas sociais, a escória da sociedade, abrigando sociabilidades condenadas, vistas como próprias do povo pobre, e que era preciso coibir. Segundo Medeiros, diariamente se dava naquela famigerada rua o espetáculo de cenas repugnantes, tornando inadmissível a frequência e o contato de pessoas distintas da sociedade com indivíduos de tão péssimos hábitos. O espaço diminuto que essas pessoas ocupavam não permitia que estes gozassem de certa privacidade e independência em relação às outras casas, as brigas de casais geralmente envolviam os vizinhos que logo corriam para acalmar a contenda, quando não estavam brigando entre si pelos motivos os mais diversos, como vemos na citação que segue:

*Durante o dia, as mulheres se encarregavam de manter, de espreitar o fogo diabólico das resingas e assuadas, invectivando, insultando transuentes, decompondo umas as outras ou em plena rua, disputando a bofetões, dentadas e lutas corporais a posse do coração de um miliciano que sorria envaidecido, aguardando o desfecho da questão. Às vezes a arrelia era motivada por uma galinha, cujas penas esvoaçantes denunciavam-na metida numa panela contra a vontade de sua dona. Não raro ouviam-se gritos de uma beldade retorcendo-se nas carícias do cinturão convincente dum soldado, a distinguir as lambadas com um palavrão.<sup>8</sup>*

A Rua do Grude, pelas descrições acima, era um espaço onde se compartilhavam padrões de interação social e noções de intimidade totalmente diferentes daquela produzida no bojo da constituição de uma ordem burguesa. Com isto, se o aburguesamento da sociedade levava o poder público a intervir de maneira mais efetiva no espaço urbano, seja alargando ruas ou demolindo antigas construções e casas de taipas em nome do progresso e da ordem, também se orientou para a eliminação de certos hábitos e sociabilidades dos moradores de becos, travessas e outras habitações coletivas que atentavam contra a moral e os bons costumes.

---

<sup>7</sup> MEDEIROS, Coriolano de. “As Ruas”. In: \_\_\_\_\_. *O Tambiá da Minha Infância* – Sampaio. João Pessoa: SEC, A União Editora, 1994, p. 29.

<sup>8</sup> MEDEIROS, *O Tambiá...*, p. 29.

O cenário descrito por Medeiros, não era exclusividade da Rua do Grude, outras ruas, habitadas por populares, tinham uma vida intensa, com crianças a brincar nas ruas, o mulhério a conversar nas calçadas, o que por sinal, muitas vezes podia resultar em confusões pelos mais variados motivos, fazendo com que estas ruas geralmente aparecessem nas colunas policiais por serem palco de discussões entre vizinhas, a exemplo da Rua da Raposa, palco de brigas entre a mulher do Cabo “Caetano de tal” e a amásia de “Josué de tal”, intrigadas a tempos e que vez por outra resolviam “reascender a chama da discórdia”. Ou então do “mulhério equivoco” do Roger, que sempre estavam a cometer arruaças com brigas, muitas delas por disputas amorosas, como ocorreu com “duas marafonas que se engalinharam com alardo e distribuindo mutuamente, sopapos e dentadas a valer” sendo separadas pelos vizinhos.

Nessa perspectiva, mudar hábitos e formas de morar e viver dos populares para a manutenção de um espaço salubre e de uma ordem burguesa, uma das questões que se configuravam no discurso das elites paraibanas e do Estado, que era a de compelir os indivíduos ao mercado formal de trabalho. De forma que, controle e severidade era, o que demandavam os jornais, contra a ociosidade e a vadiagem, o caminho mais perto para o crime:

*Querem comer, querem gozar e não querem trabalhar.  
Malandros ! Que gente tão réles! E chamam- se cidadãos!  
Não o são porque o cidadão assim como recebe os  
benefícios que a sociedade lhe dispensa, também os deve  
retribuir concorrendo para o bem da mesma sociedade.  
Aliás será ladrão. Recebe e não paga.  
Que produz esse vadio? Nada, absolutamente nada.  
Se ao menos dessem bons exemplos estes compensariam  
os benefícios sociaes. Mas é tanto pelo contrario que seu  
máo exemplo está incitando os colegas à ociosidade e  
libertinagem, que tanto mal causam no meio de qualquer  
povo.  
Fora, pois, com esses libertinos!  
Trabalhem e concorram para o capital social, ou então  
fora!  
Já estamos fartos da malandragem!<sup>9</sup>*

Celebrava-se o trabalhador e condenava-se o vagabundo. Esse clamor ao trabalho e a crítica à vagabundagem ou repressão à ociosidade, são, segundo Sandra Jatahy Pesavento, “a prova da existência de um certo tipo de habitantes da urbe que se mantinham à margem do mercado formal de trabalho”<sup>10</sup>. De forma que a intervenção burguesa não se limitou apenas a uma reordenação do espaço: ela se orientou também para uma disciplinarização dos populares através da “ordem” do

<sup>9</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 28 jun. 1915, p.01.

<sup>10</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres na cidade: vida e trabalho - 1880-1920*. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1994, p. 120.

trabalho, como um elemento regenerador que afastava o homem dos vícios e da ociosidade. Visto que nesse universo imagético das elites, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem.

Nessa empreitada de gerar cidadãos produtivos e manter controle social tinha-se a união entre Imprensa, Estado e Igreja Católica. Aos delegados dos distritos, cabia instaurarem os inquéritos, sobre os quais o judiciário iria deter suas atenções e julgar; os jornais por sua vez, acompanhavam tudo, ao mesmo tempo em que já cuidavam de publicar novas denúncias a serem apuradas pelas autoridades competentes. Por último, a Igreja Católica trabalhava nessa direção a partir de campanhas moralizantes. Assim, na tentativa de evitar furtos e a vadiagem e que a desordem superasse a ordem, o 1º delegado da capital passou a utilizar os “vadios” nos serviços de infraestrutura e limpeza da cidade, medida que muito teria agradado a população, recebendo vários elogios, como este que segue abaixo, da redação de *A União*, parabenizando-o pela suas atitudes na luta “Contra a Vagabundagem”, como o próprio título informa.

*O dr. João Franca, delegado do 1º districto adoptou a excellente medida de agarrar os desocupados e vagabundos que perambulavam em seu districto, empregando-os na limpeza das ruas.*

*A providencia da zelosa auctoridade produziu excellentes resultados e já hoje não se vêem mais nos logares públicos os amigos da ociosidade.*

*Por bem fazer, mal haver, diz o rifão.*

*Tendo o esforçado delegado do 1º districto lhes causado um bem, impondo-lhes o trabalho regenerador, os meliantes estão brilhando agora pela ausência o que priva as ruas de sua efficaz collaboração na respectiva limpeza.*

*Não esmereça o dr. João Franca na salutar campanha contra os vagabundos de seu districto contrafilando-os na penitenciaria caso se atrevam a voltar ao theatro de sua indolência.<sup>11</sup>*

É importante ressaltar, que muitos desses supostos “vagabundos”, como nomeia o jornalista do referido periódico, eram trabalhadores do campo que durante os períodos de estiagem, como as secas de 1877 e 1915, vieram para a capital em busca de melhores condições de vida. Não encontrando trabalho, lhes restaram a mendicância e a ociosidade, compreendidas pelas elites como crime. Diferentemente dos trabalhadores pobres da cidade, os mendigos não possuíam nenhum tipo de renda nem lugar para morar, ocupando as ruas do centro da cidade, o que representava uma preocupação para aqueles que almejavam a transformação da capital numa urbe civilizada onde reinasse o progresso, e não mendigos maltrapilhos enfeando os cenários urbanos. Preocupação esta que fez parte da população louvar as medidas do delegado João Franca, ao tentar

<sup>11</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 18 jan. 1920, p.01

combater a ociosidade entre os pobres através de mecanismos disciplinadores, voltados para a promoção do interesse pelo trabalho.

Tal medida teria ocorrido porque os delegados temiam que a ociosidade entre os pobres viessem a desencadear alguma revolta e assim compromettesse a propalada ordem pública, de modo que “a adoção da medida acima descrita não significou incorporá-los à sociedade, mas mantê-los sob controle através do trabalho, como se a ociosidade, fosse uma opção e não em decorrência das relações sociais e exploração a que estavam submetidos”<sup>12</sup>.

No entanto, a ordem tão desejada pelo delegado ainda estava por ser alcançada, de modo que o mesmo não se limitou a utilizar os desocupados nos trabalhos de infraestrutura da cidade, mas reforçou o policiamento das ruas com o intuito de recolher à cadeia aqueles que estivessem a perturbar a ordem pública ou que pelo menos representasse uma ameaça como foi o caso dos indivíduos Waldemar da Cruz Monteiro, Manuel Fernandes Pacote, Jovino José de Souza, Balbino Antonio dos Santos, a mulher Rosa Salvina da Conceição e o menor Joaquim, capturados, segundo um jornalista de *A União*<sup>13</sup>, em diversas ruas da parte baixa da cidade. Tais prisões faziam parte das medidas “enérgicas e persuasivas” que estavam sendo postas em prática pela polícia do 1º Distrito no sentido de fazer uma justa repressão à vagabundagem que se verifica nas ruas da cidade baixa, de desocupados e alcoólatras.

Ainda segundo esta mesma nota, todos os indivíduos desocupados que não soubessem dizer o seu destino, surpreendidos a altas horas da noite pelas ruas da cidade seriam conduzidos à delegacia para as devidas averiguações. Há, dessa forma, toda uma vigilância sobre os usos do espaço da rua tanto na cidade baixa como na cidade alta. Tal inspeção se devia não só em relação aos desocupados, mas também para impedir que os trabalhadores – estivadores, cabeceiros e arrumadores – se dirigissem às casinhas de porta e janela da Rua Sá de Andrade, por exemplo, para se divertirem nos forrós e nos braços das prostitutas, onde, segundo as denúncias das elites, funcionavam bordéis que até altas horas da madrugada ocorriam forrós, maxixadas e jogatina.

Assim foi que os indivíduos Francisco Pedro, Luiz Carmelo, Luiz Gonzaga, João Gonçalves de Oliveira e Manuel Silvano foram recolhidos ao xadrez da 3ª delegacia pelo Dr. Luiz França, por embriaguez e distúrbios praticados no Rogger, Mandacaru e na Rua da Matta. Analisando denúncias como estas e outras que eram expostas cotidianamente nos jornais acerca das desordens ou comportamentos desviantes nos espaços das ruas, percebemos que o jogo de linguagem, as apreciações valorativas confluem no sentido de se estabelecer o que é permitido e o que é proibido no espaço público, marcando, dessa forma, o comportamento condenável e o ajustado, a norma e a transgressão; de modo que temos a noção do que seja a norma desejada pelas elites e autoridades.

Dessa forma, considerando que a rua é um espaço público e, portanto, devia ser mantido um padrão de comportamento moral, é que um jornalista da *União* achou

---

<sup>12</sup> CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As Singularidades da Modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004, p. 186.

<sup>13</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 30 out. 1920, p.02.

por bem denunciar o comportamento “desviante” do chauffeurs Manuel Rabello, que segundo o autor da matéria, era um “pornographo” e que merecia receber uma repreensão da polícia:

*O Sr. Manuel Rabello, intimamente apelidado de Rabellino e vulgarmente conhecido pela chistosa alcunha de Lamparina, está a merecer uma seria admoestação por parte das nossas auctoridades policiaes, pelo modo inconveniente por que se vem portando ultimamente. Já por varias vezes fomos informados de que o citado Lamparina andava acompanhado de mulheres decahidas pelas principais ruas de nossa urbs a ferir impudicamente o decoro publico com acções semiescas e modinhas debochadas. Hontem, as 13 horas mais ou menos, na esquina da Repartição de Hygiene, o alludido Chauffeur portou-se de tal maneira, em companhia de duas meretrizes, que os habitantes da rua General Osório se viram na dura contingencia de fechar os seus postigos, ante as mais desavergonhadas scenas praticadas por aquelle individuo.*<sup>14</sup>

Tais ações de contra-ordem ganham maior destaque nas páginas dos jornais quando se passavam nas principais ruas da cidade, no espaço das famílias respeitáveis, como é o caso da conduta deste chauffeur com as meretrizes em plena luz do dia e na Avenida General Osório, espaço de moradia de pessoas da elite, os quais, segundo a denúncia, se constrangiam com aquelas cenas e se viam obrigados a fecharem suas janelas para não presenciarem cenas desagradáveis. A presença desses populares em tal espaço, se comportando de forma “indecorosa”, era um exemplo do que Pesavento chama de superposição entre a cidade boa (espaço dos cidadãos respeitáveis, das elites) e a cidade má (dos excluídos, dos becos, dos bordéis); e entre suas diferentes formas de conduta.

Ou seja, segundo a autora, seria mostra da interpenetração dos espaços onde os bons lugares são também espaços para a prática de comportamentos desviantes e do crime<sup>15</sup>. Embora com as reformas realizadas na cidade pretendessem transformá-lo num espaço apenas da elite, o entrecruzamento de ruas principais com becos, iriam proporcionar um convívio incomodo com os populares que também faziam uso desses espaços considerados ou idealizados para os nobres. Portanto, essa realidade, que os letrados apontavam, como próprias das camadas baixas e dos becos infectos da cidade, facilmente penetrava o espaço das elites desafiando a sua cidade ordenada.

Apesar da existência dessa superposição entre os espaços da cidade, percebemos a clara intenção das autoridades e elites de demarcar os espaços e territórios no

<sup>14</sup> A União, Parahyba do Norte, 13 fev.1920, p. 02.

<sup>15</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O mundo dos turbulentos”. In: \_\_\_\_\_. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 130.

processo de modernização e urbanização da cidade nas primeiras décadas do século XX, cujo intuito era manter as classes populares longe do território das elites, o que na maioria das vezes não passou de uma utopia, já que pelas constantes denúncias nos jornais acerca da atuação destes nos espaços das elites, vamos percebendo que as classes populares nem sempre se renderam às determinações dos delegados de polícia. De modo que continuavam a freqüentá-los, constituindo-se no espaço onde os trabalhadores, iam para se divertir, como também se apropriavam da cidade, mesmo que fosse apenas por alguns momentos.

De modo que percebemos que a eficácia policial de ordenamento das classes populares e dos espaços, foi apenas parcial, visto que os populares estavam imbuídos de normas próprias que regulavam suas ações, seu comportamento, seja nos seus momentos de diversão, seja envolvidos em situações de conflito, indicando assim valores muitas vezes opostos àqueles prezados e difundidos pelas elites. A intenção de controlar, vigiar, acaba revelando também a resistência, a não aceitação à imposição de padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida.

Além do que, as intervenções policiais nos espaços de habitação e lazer dos populares não se davam tão fáceis para estes. A esse respeito é interessante um episódio ocorrido no Beco do Londres, beco que nos ficou conhecido pelas inúmeras vezes em que foi citado pelos letrados da capital. Sempre presente nas colunas “Com a Polícia” do jornal *A União*, era denunciado pelas festas que lá ocorriam ou alguma briga de vizinhos. Embora morassem num beco com tal nome não comungavam do comportamento inglês tão apreciado por nossas elites como símbolo de “civilização”.

No episódio da briga entre a conhecida meretriz Antonia Pedro da Costa, que segundo os vizinhos, era dada ao vício do álcool, e a sua amiga, terminando por envolver outros vizinhos, “dando início a baixaria, o que é tradicional nesses lugares uma scena de tal jaez”<sup>16</sup>. “Aos gritos pornographicos daquela messalina” se dirigiram ao local duas praças de soldados que foram, segundo o próprio jornal, insuficientes para controlar “aquele alvoroço”, sendo quase expulsos e somente mais tarde, quando o delegado do 1º Distrito encaminhou mais soldados é que conseguiram, apesar dos protestos dos moradores, conduzir os envolvidos até a delegacia onde prestaram depoimento e pernottaram sob as vistas da polícia.

Esse fato nos remete a José Murilo de Carvalho, quando, a respeito da organização dos cortiços cariocas no início da República, considera que “ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo, que era principalmente a polícia”<sup>17</sup>. Os populares mesmo que não formassem uma classe social homogênea em seus interesses, por vezes desenvolviam ações de solidariedade e auto-proteção contras as autoritárias intervenções da polícia.

---

<sup>16</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 23 jan. 1920, p.2.

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo. “O Rio de Janeiro e a República”. In: \_\_\_\_\_. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39.



Embora os jornais se referissem sempre aos moradores do Beco do Londres como desordeiros, vadios, por vezes, essa qualificação poderia ser estendida aqueles que se encontravam do lado da ordem, ou, melhor dizendo, justo os agentes da mesma que deveriam coibir tais comportamentos indesejáveis, visto que nesse episódio que ora narramos, o jornal faz questão de ressaltar que se os agentes da ordem que faziam o policiamento daquela zona “não se encontrassem esquecidos de suas obrigações nos braços de Morpheu ou entregues às delícias do cupido”<sup>18</sup>, tal acontecido poderia ter sido evitado, ou seja, em vez de patrulhar, estavam a cochilar ou namorar em serviço, o que poderia significar... vagabundagem.

Para mostrar que quem deveria controlar muitas vezes precisava de controle, temos um incidente em um bonde de Tambiá que descia em direção ao Rosário. Conforme depoimento de passageiros, o jornal relatava que na Rua Monsenhor Walfredo, tomaram o transporte duas meretrizes, das quais uma se chamava Maria Emília; a companheira desta estava “um tanto atarantada por não achar lugar, quando a outra lhe disse para apressal-a: Toma logo o bonde, doida”<sup>19</sup>. Tal episódio foi suficiente para que o soldado que vinha atrás agredisse verbalmente Maria Emília e a prendesse, conduzindo-a para o xadrez da delegacia do 3º distrito. Mostrando-se indignado com a ação do soldado, o jornal chamava a atenção do Dr. Luiz França delegado daquele distrito, a fim de punir o agente.

Inconcebível seria o caso de um operário da Sapataria Leão, o Sr. Pedro Gomes de Almeida, que se dirigiu à redação do Jornal A Imprensa para mostrar o espancamento de que fora vítima, na rua vulgarmente chamada de Cajueiro de Cima, o operário teria sido espancado pela patrulha de soldados de polícia da 2ª delegacia da capital. Ao procurar o jornal o mesmo foi em companhia de um distinto prócer do operário, e conforme o jornal, tinha efetivamente o corpo cheio de contusões. Ainda de acordo com a matéria, tal fato se deu porque,

*O referido operário achando-se alcoolizado, numa brincadeira dera ordem de prisão a um seu companheiro e, com ares de auctoridade policial, pretendia convencer, assim, os seus visinhos da rua do Cajueiro de Cima que elle era um cidadão da ordem e do bom policiamento, mas a patrulha, ao saber disso prende o pobre homem e o espancam barbaramente.*<sup>20</sup>

Esse comportamento desregrado dos agentes da polícia, iam contra o imaginário de ordem que se pretendia impor aos habitantes da cidade, calcada na idéia de contenção. A representação que se tinha da polícia enquanto mantenedora da ordem, que, por um lado, remete para a cidade e o bom governo do Estado e, por outro, para a segurança dos cidadãos, para a polidez das relações sociais e para a própria concepção de civilização, não podia ser abalada.

<sup>18</sup> CARVALHO, “O Rio de Janeiro...”, p. 39.

<sup>19</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 24 jan. 1920, p. 01.

<sup>20</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 30 out. 1913, p. 02.

Dessa forma, ao se posicionar a favor do operário, por acreditar que a polícia havia agido de forma criminosa, o jornal questionava: “é este o papel do soldado!?” , questão que ele mesmo responde com um sonoro NÃO. Assim, solicitava, no final da matéria, que as autoridades abrissem uma sindicância para apurar os fatos e tomar as providências para o bem da população que em “hypothese nenhuma, pode soffrer servicias de quem quer que seja, muito menos da polícia, a qual incumbe manter a ordem publica, prevenir os delitos e não comettel-os”<sup>21</sup>.

Nos dois episódios, aqui expostos, acerca de contravenções da polícia, vale ressaltar a condição das vítimas, ambos pobres, a primeira uma prostituta e o segundo um operário, fato que poderia nos sugerir o porquê de tal atitude dos agentes, visto que se se referissem a pessoas da elite certamente o tratamento não seria este.

Tomemos, ainda, o caso do espancamento ao barbeiro João Joaquim da Silva, residente à Rua da Belleza, o qual, segundo relata o Correio da Manhã, estando embriagado e “um pouco atacado das faculdades mentais”, teria entrado na casa de Fermina Maria da Conceição, fazendo a mesma queixar-se a polícia, que comparecendo ao local teria prendido João Joaquim com uso da violência, “abusando de seus deveres na qualidade de mantenedores da ordem publica”. Ainda segundo o jornal, os soldados Luiz de França e Lauriano Lima, “ávidos de desejos sanguinários espancaram selvagememente ao infeliz preso, levando-o para a sub-delegacia do 3º distrito”<sup>22</sup>.

Dessa forma, não só vadios e desocupados eram suspeitos, a polícia ao abusar da autoridade e cometer desordens e delitos, tornava-se suspeita e muitas vezes, culpada mesmo, como no caso de um furto de 350\$000, na casa do negociante Manuel Custódio, residente à Rua do Arame em Cabedelo efetuado por um soldado. Segundo consta na matéria o destacamento daquela área teria “effectuado a prisão em flagrante delicto do soldado do mêsmo destacamento José Ferreira de Mendonça, autor do furto em questão”<sup>23</sup>.

Outrossim, essa realidade se estendeu a outras cidades brasileiras, como é o caso de Porto Alegre, segundo a leitura de Pesavento acerca da experiência desta capital no final do século XIX,

*A policia ali estava para as primeiras providências, mas aqui principiavam os problemas, pois seus agentes eram com freqüência, também atores de desordens e delitos variados, quando não de crimes. [...]*

*A quem reclamar, pois? A uma autoridade mais alta, fosse ela o delegado do distrito, o chefe de polícia ou o intendente municipal. Talhada a atuação dos agentes mais próximos da autoridade – os policiais –, ocupava o jornal esse papel de tribuna cidadã, a exigir o cumprimento das leis, o respeito às posturas municipais e a indignação sobre o estado da segurança pública.*<sup>24</sup>

<sup>21</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 30 out. 1913, p. 02.

<sup>22</sup> *Correio da Manhã*, Parahyba do Norte, 17 ago. 1917, p. 01.

<sup>23</sup> *Correio da Manhã*, Parahyba do Norte, 17 ago. 1917, p. 01.

<sup>24</sup> PESAVENTO, “O mundo dos turbulentos”. In: \_\_\_\_\_. *Uma Outra Cidade...*, p. 160-161.

Na cidade de Parahyba do Norte a imprensa se fazia atuante no sentido de denunciar as contravenções e comportamentos desviantes não só dos agentes da polícia como da população, cobrando ações das autoridades. De modo que a série de acontecimentos expostos nos jornais era enorme e nos permite ver não só o traço do cotidiano dos espaços da cidade, especialmente dos becos onde tais práticas desviantes tornavam-se recorrentes, como também, pelo teor da denúncia, pelo vocabulário empregado, toda a carga de representação atribuída a tais espaços, personagens e habitações. E a linguagem da estigmatização, que nomeia personagens, práticas e espaços, aproxima os vícios. Em tais lugares, como se depreende de representações na imprensa, prostíbulos convivem com bancas de jogo, e o jogo por sua vez é onde se potencializam a bebedeira, o linguajar de baixo calão, as desordens, que por extensão podem degenerar no crime.

### **Combate ao Vício do Jogo**

Outras contravenções denunciadas diariamente nos jornais diziam respeito às casas de tavolagem, espalhadas pela cidade, onde o “mal” do jogo estava à espreita de novas vítimas<sup>25</sup>, induzindo a população a outros vícios, como a bebedeira, degenerando por sua vez em brigas e desordens. Incidentes que davam conta de conflitos em mesas de jogo que se abrigavam em casas suspeitas, geralmente era notícias nos jornais da época, como o ocorrido num bilhar da esquina da rua da Boa Vista, entre o “rapazola Armando de tal” e Luiz Pergentino de Lima, agredido por aquele com várias “bordoadas com o taco”, o qual só não fez estrago maior porque foi contido por um guarda civil de ponto na Estrada do Carro<sup>26</sup>; ou ainda a desordem provocada pelos jogadores Antonio Pedro dos Santos e Severino Alves de Oliveira numa espelunca na rua da Matta<sup>27</sup>.

A polícia, vigilante, desbaratava a jogatina, fazendo batidas nos locais onde denúncias indicavam que se processava a prática ilícita, como ocorreu na casa de jogo da rua da Matta acima citada, que na mesma noite da prisão dos desordeiros Antonio Pedro e Severino Alves, foram presos e recolhidos ao xadrez, Antonio Bandeira, João Rodrigues da Silva, Severino Silva e Luiz Rodrigues da Silva, que “tomavam parte em uma jogatina desenfreada em tal espelunca”<sup>28</sup>. Em sucessivas batidas, a polícia empenhou-se em dismantelar, no início do século XX, as casas que viviam do negócio do jogo ilícito, punindo não só os freqüentadores de tais lugares como também determinando o fechamento, como ocorreu com algumas casas de jogo localizadas no 1º distrito da capital:

*O Sr. dr. João Franca, delegado do 1º districto, encarregado do expediente da chefatura, está fortemente empenhado na repressão da jogatina desenfreada que se vinha alastrando nesta capital, isto por ordens directamente recebidas do Sr. presidente do Estado.*

<sup>25</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 12 abr.1923, p. 02

<sup>26</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 18 jan. 1920, p. 01.

<sup>27</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 22 jan. 1922, p. 01.

<sup>28</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 22 jan. 1922, p. 01.

*Ainda ontem aquella zelosa auctoridade ordenou o fechamento de duas espeluncas á rua da Republica e prohibiu terminantemente o jogo de bicho, de bozó e de rodas, que é o mais nocivo às economias do povo. Applaudimos a enérgica attitude do Sr. dr. João Franca, esperando que sua auctoridade se robusteça mais uma vez pela intransigência das suas ordens.*<sup>29</sup>

A atitude do delegado João Franca, por sinal, bem recepcionada pelos letrados, não era uma ação isolada, mas fazia parte de várias tentativas que já vinham sendo empreendidas na capital, pelos governantes, para combater o vício entre a população, e todas elas contavam com o apoio dos letrados, os quais sentiam-se imbuídos da missão de zelar pela ordem pública. Segundo estes, ao combater o jogo estava-se a combater também os seus dois sócios: a vagabundagem e o meretrício<sup>30</sup>. A grande crítica da imprensa se dava ao jogo que se processava nestas tascas ou botequins, e que se avizinham por sua vez, do sempre combatido bordel. Assim, a ação da polícia no desmonte do jogo, estava a opor barreiras a onda enorme de corrupção que se levantava no seio da sociedade, segundo o jornal A Imprensa, que apoiando a luta pela moralização da sociedade reverberava contra o mal que deveria ser extirpado:

*De todas as desgraças que penetram o homem pela algibeira e arruinam o caráter, a mais grave é, sem duvida nenhuma essa: o jogo – na sua expressão mãe; o jogo, na sua accepção usual; o jogo propriamente dito, em uma palavra, o jogo: os naipes, os dados, a mesa verde. Esse mal, que muitas vezes não se separa do lupanar senão pelo tabique divisório entre a sala e a alcova; essa fatalidade de que rouba, ao estudo, tantos talentos, à industria, tantas forças – reina, sob a sua manifestação completa, em esconderijos onde a embriaguez se mistura. Eis o jogo o grande putrefactor.*<sup>31</sup>

Nessa cruzada contra o jogo, o jornal A Imprensa pedia as autoridades policiais forte vigilância aos prováveis espaços onde a “praga do jogo” podia estar reinando, ocultado através de estabelecimentos abertos ao público, ou seja, pensões clubes, botequins, e não podia deixar de fora desse rol a taverna, pois, segundo este, os freqüentadores da taverna tornam-se vítimas do vício; isto porque a taverna era vista como

*[...] um signal da nossa desmoralização social! A taverna é a exploração do vício, da inteperança e da gula! Médicos,*

<sup>29</sup> A União, Parahyba do Norte, 08 fev.1922, p. 02.

<sup>30</sup> A Imprensa, Parahyba do Norte, 14 jul. 1917, p. 01

<sup>31</sup> A Imprensa, Parahyba do Norte, 09 abr.1923, p. 01.

*jurisconsultos e moralistas dizem o mesmo que diz a Igreja Catholica, que a taverna é o sorvedouro da bolsa, da saúde, da virtude e da felicidade da família.*

*Ali se envenena, se inutiliza, se intisica, se desgraça, o homem debilita-se a raça e corrompem-se as futuras gerações.*

*Ali, na taverna, o pae de família esquece a sua esposa, os filhos, o alimento e a sustentação que ele deve a sua família.*

*Na taverna o homem lembra-se apenas da prodigalidade, do jogo, da distração, que no lar doméstico vae fructificar em lagrimas, fome, desolação e miséria.<sup>32</sup>*

Sendo assim, diariamente eram apresentadas denúncias nos jornais contra casas de jogo abertas nos becos e em algumas ruas da cidade, como a casa de jogo da Rua Vasco da Gama no bairro de Jaguaribe. A “espelunca” situada ali era de propriedade do “fuão Lau”, e apesar de ter recebido constantes queixas dos habitantes daquele bairro, aquele tavolageiro ainda permanecia com seu “antro de perversão”, isto porque além do indivíduo ser protegido por alguns “graúdos” daquele bairro contava com a benevolência da polícia, já que tal casa estava situada de frente à delegacia do 2º distrito. Além dessa, o Correio da Manhã<sup>33</sup>, denunciava uma casa de jogo na Rua Formosa que constantemente os soldados e juntavam aos “amantes do bacarat” no deleite ao vício. Tal fato seria, pois, atestado do consentimento ou desregramento da polícia que misturava-se aos jogadores em suas horas de lazer.

De acordo com denúncias dos jornais. Alguns estabelecimentos contavam com um certo apoio dos guardas da polícia que por freqüentarem tais locais em suas horas de folga, avisavam os donos de possíveis batidas que seriam realizadas. Tal desregramento, teria resultado inclusive em expulsões de guardas-civis da corporação por encontrarem-se jogando nas casas de tavolagem que deviam fiscalizar e reprimir. Fato que faz a imprensa aplaudir as decisões do chefe de polícia que mostravam não compactuar com o comportamento indevido de alguns agentes, enfocando que sempre as autoridades eram informados de denúncias mandavam diligências às casas de jogo, botequins, taverna, etc.; e na maioria das vezes prendiam seus donos e freqüentadores; embora, posteriormente, fossem reabertas, como ocorreu com algumas casas de jogo, que após ordens do Dr. Demócrito de Almeida, chefe de polícia, dirigida aos delegados da capital, por meio de uma circular, para seus fechamentos. Medida esta, que fazia parte da tentativa de repressão ao jogo, lenocínio e vagabundagem:

*Acontecendo que a vagabundagem de indivíduos de um ou de outro sexo augmenta todos os dias nesta cidade, irregularidade que vem ocasionando certas dificuldades*

<sup>32</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 05 dez. 1925, p. 01.

<sup>33</sup> *Correio da Manhã*, Parahyba do Norte, 09 fev. 1917, p. 01.

*decorrentes da perturbação que incide sobre a vida normal de trabalho, quando nas casas de tavolagem, praças, tavernas e abrigos ocupados por mulheres perdidas consta-me que avulta o número de vadios e desocupados, recomendo que providencias com toda solicitude e energia de maneira a offerecerdes empenhado combate de policia correccional a essa perniciosa gente.*

*Esta medida de carater urgente de estender-se também aos pontos onde a jogatina impera sob os seus vários aspectos, fechando estes lugares que de par com o lenocínio e a sedução corrosiva e dissolvente dos prostíbulo, se denominam casas de recurso saúde e fraternidade.<sup>34</sup>*

No entanto, sem levar em consideração as severas ordens do Dr. Demócrito de Almeida, as casas de jogo voltaram a funcionar: “foram reabertas todas as espeluncas que viviam do panno verde e da roleta”<sup>35</sup>. Dessa forma, o autor da denúncia chamava atenção dos delegados para que novamente atuassem nesses espaços, fazendo cumprir a moralizadora circular do chefe de policia do Estado.

Portanto, não era uma tarefa fácil extinguir essas casas de jogo, visto que embora os agentes da policia pudessem em certos momentos favorecer esses estabelecimentos, um outro fator é fundamental para se perceber a permanência e impunidade a essas casas de jogo, como o próprio jornalista se refere na denuncia do estabelecimento do “Lau” no Jaguaribe, ou seja, a participação de pessoas da elite nesses “antros”, figuras de realce na burocracia, nas letras, na política, no comércio, etc.; que por freqüentarem tais estabelecimentos davam “proteção” aos seus donos, protestando assim, contra a ação meritória do poder público:

*A tonna da immensa e assustadora massa, nos seus primeiros torvelinhos, apparecem cabeças encanecidas, vultos destacados nas posições sociais, figuras de realce na sociedade, que levantam protestos contra a acção do poder publico.*

*Freqüentam os fundos dos hotéis, dos clubes, dos cafés, e apostam , na roleta e nas cartas, paradas de grande monta, até alta madrugada, quando começam a apparecer pelas ruas ermas da cidade, vultos esparsos, alguns, até, Paes de família, que tresnoitados, procuram o abrigo do lar triste e sem socego.<sup>36</sup>*

Para o jornalista de *A Imprensa*, o fato destes estabelecimentos serem freqüentados por pessoas da alta sociedade, impedia que a lei fosse cumprida sem artifícios utilizados por estes para manipular os códigos penais. De modo que,

---

<sup>34</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 13 jan. 1922, p. 01.

<sup>35</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 13 jan. 1922, p. 01.

<sup>36</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 14 jul. 1917, p. 01.

contra o poder destes, só mesmo uma campanha com o governo à frente, já que a polícia se sentia acuada em agir contra estes que gozavam de certa imunidade, o que os faziam receber tratamento diverso por parte dos agentes da ordem. Em suas defesas sempre se encontrava um grande séquito de amigos e advogados, enquanto que aos pobres estavam reservadas horas ou dias de xadrez. Fato este que leva o jornalista a declarar:

*Provera Deus que só a gente ínfima fosse dada ao vício. Contra ella a polícia reage com energia, admoesta, encarcera e açoita. Os grandes, porem, têm imunidades; recebem a auctoridade policial sob o alvo do revolver e mandam fazer alto á investida legal, sem que nada os aconteça.*<sup>37</sup>

Assim, apesar das várias tentativas, inclusive com a participação do presidente do Estado, Camilo de Holanda, que empreendeu uma grande campanha com o intuito de expurgar os três vícios que mais incomodavam os membros da elite: jogo, meretrício e vagabundagem<sup>38</sup>. As casas de jogo continuavam a se reproduzir nos becos e artérias centrais da cidade, e as investidas da polícia tinham sempre um sabor de recomeço, pois os jornais, a cada ano anunciavam que a polícia iniciava uma nova campanha de combate ao vício do jogo.

Paralelamente ao jogo, os jornais noticiavam as desordens e crimes que muitas vezes, dele resultavam, como o espancamento de um carregador de fretes pelo “desordeiro José Estevam da Silva que estava na vendola de uma velha, na Rua Vasco da Gama”<sup>39</sup>. Segundo a denúncia, após jogarem naquele estabelecimento, Estevam teria obrigado a vítima a tomar com ele um copo de cachaça, recebendo uma negativa por parte do carregador que foi brutalmente espancado pelo “terrível arruaceiro com uma acha de lenha”<sup>40</sup>. Apesar da longa duração da luta, populares presentes afirmaram que nenhum soldado compareceu ao local, de modo que o agressor foi contido pelo Sr. Alberto Borba e o taverneiro Marcelino não sem a resistência do agressor, que teria derrubado uma janela da bodega. Uma vez contido, o mesmo foi conduzido para o posto policial, onde ficou preso sob a ordem do delegado do 2º distrito, o Dr. Ephygenio da Cunha.

Portanto, num momento em que se busca incutir nas classes mais pobres valores burgueses de intimidade, de regularidade de hábitos e de produtividade, a fim de que esses “degenerados” não comprometessem a ordem da cidade, um dos caminhos era a regeneração desses viciosos e promíscuos, que se faria então pela intervenção da polícia nos seus espaços de lazer e moradia.

No entanto, apesar da intenção de demarcar territórios, estabelecer regras de conduta, definir papéis, o projeto civilizatório das elites dominantes, nem sempre obtiveram o êxito almejado por não conseguirem o apoio e complacência das

<sup>37</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 14 jul. 1917, p. 01.

<sup>38</sup> *A Imprensa*, Parahyba do Norte, 14 jul. 1917, p. 01.

<sup>39</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 10 fev. 1920, p. 02.

<sup>40</sup> *A União*, Parahyba do Norte, 10 fev. 1920, p. 02.

pessoas e grupos que excluía. Para alguns os significados e implicações eram desconhecidos, para outros a violação das normas era o caminho encontrado, e para muitos outros mais interessantes foi a apropriação e ressignificação das normas e regras de acordo com sua lógica própria, com suas normas e valores. De modo que, a cidade “civilizada” teve de conviver com essa ou essas outras realidades, que apresentavam noções de civilidade e progresso diferentes do que concebiam os seus idealizadores.



## RESUMO

Este artigo propõe trazer para discussão as diversidades sociais e culturais dos habitantes da cidade de Parahyba do Norte nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, as práticas cotidianas dos populares nas ruas e becos da cidade, espaço mais comum de suas habitações, e o seu lazer com os usos que faziam do espaço urbano; chamando a atenção, especialmente, para a relação conflituosa resultante da intenção das elites que buscaram a consolidação de um outro tipo de sociabilidade, que estava identificada com os padrões e valores por elas estabelecidos para a consolidação de uma cidade moderna, tentando assim, imprimir aos populares novos hábitos e formas de sociabilidades, a partir da vigilância sobre suas atividades e os usos que estes faziam dos espaços e territórios. Para evidenciar essa tensão procuramos compreender como muitos moradores vão construir sua própria vivência, burlando e ressignificando essa teia de valores e códigos que lhes tentavam impor. Nessa empreitada, tomaremos como fonte as denúncias e matérias dos jornais da cidade. A imprensa será tomada aqui como porta voz dos interesses das elites e das ideias de progresso e civilização que permeavam seu imaginário no início do século XX. De modo que, apresenta-se como uma produção discursiva interessada, carregando consigo uma intrincada rede de relações de poder que acabam produzindo um lugar para os moradores da cidade moderna.

**Palavras Chave:** Cidade; Cotidiano; Populares.

## ABSTRACT

This article proposes to bring a discussion about the social and cultural diversity of Northern Parahyba City's inhabitants in the first decades of the 20<sup>th</sup> century, above all the popular everyday life practices on the streets and lanes of the city, more common space of their dwellings, and their leisure and practices that they played on urban space; noting especially to the conflicting relations bring from the elites intention, who sought the consolidation of another kind of sociability, identified with patterns and values established by them to consolidate a modern city, trying to spread in lower classes new habits and sociability forms, based upon a systematic surveillance on their activities and use of these spaces and territories. To highlight this tension we seek to understand how many residents will build their own experience and redefines bypassing this groups of values and codes that they tried to impose. In this endeavor, we will take as source the complaints and news of city newspapers. The press will be taken here as spokesman for the interests of elites and ideas of progress and civilization that permeated their imagination in the early 20<sup>th</sup> century. So that presents itself as a discursive production concerned, carrying an intricate net of power relations that produces a place for modern city dwellers.

**Keywords:** City; Everyday Life; Popular.

Artigo recebido em 06 set. 2012.

Aprovado em 02 dez. 2012.